2015
RELATÓRIO E CONTAS
3º TRIMESTRE
(NÃO AUDITADO)

~

Esta página foi propositadamente deixada em branco.

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

Índice 3
Enquadramento e evolução da atividade 5
Enquadramento 5
Evolução da atividade 5
1. Evolução da situação económica e financeira 6
Rendibilidade económica e financeira 6
Investimentos 7
Situação financeira 7
Ações SUMOL+COMPAL 7
2. Perfil de risco 7
3. Perspetivas para o exercício 8

O Compal das 20h.

NOVO

Para as Refeições.

As famílias portuguesas pediram um Compal para as refeições, agora têm o novo Compal Família: a melhor opção para ter a Frutulogia à mesa.

Descubra os novos sabores Laranja-Tangerina, Maçã-Limão e Frutas do Pomar, agora mais líquidos, menos doces e com muita fruta.

COMPAL. É MESMO NATURAL.

ENQUADRAMENTO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Enquadramento

A evolução da economia portuguesa em 2015 tem sido positiva, com os dados mais recentes a confirmarem um crescimento do PIB no final do terceiro trimestre (+1,4%). As condições climatéricas favoráveis, em especial na primavera e no verão, alguma retoma de confiança dos consumidores e o aumento do turismo beneficiaram os negócios de bebidas. Deste modo, a comparação dos mercados de bebidas não alcoólicas de alta rotação, com o período homólogo do ano anterior, registou um aumento de 4,4% em volume, quase totalmente explicado pelo crescimento da categoria das águas engarrafadas. Em valor, aqueles mercados cresceram 5,7%, impulsionados pelas bebidas refrescantes e pelas águas.

Nos mercados externos mais relevantes para a SUMOL+COMPAL, continuou-se a assistir a ritmos interessantes de crescimento do consumo privado, com exceção do mercado de Angola no qual se registou um abrandamento significativo da atividade económica, refletido num forte recuo das exportações de Portugal, e uma escassez de divisas.

Evolução da atividade

A plena execução da nova arquitetura da marca COMPAL está já plenamente refletida na dinâmica da atividade da marca nos primeiros noves meses do exercício. Assume carácter relevante o lançamento de uma gama específica para os mercados internacionais, o relançamento da gama COMPAL Família e a manutenção de um ritmo forte de inovação.

No 2º trimestre do exercício iniciou-se a implementação da nova imagem da marca SUMOL tendo em vista o reforço da sua capacidade de recrutamento de consumidores, tanto em Portugal, como no plano internacional. A execução desta nova imagem é exigente considerando a necessidade de adequar a gama a diversos mercados internacionais e acelerar o seu grau de inovação.

O esforço na diversificação geográfica de mercados continua a dar sinais positivos, designadamente em África, capitalizando na forte presença que a Copagef (novo parceiro na estrutura acionista da SUMOL+COMPAL Marcas) tem nestes mercados, tendência que se espera ver consolidada ao longo do exercício.

No terceiro trimestre iniciou-se a produção de sumos e néctares na fábrica do Bom Jesus em Angola e está em curso a instalação de equipamentos para a produção de refrigerantes. Este investimento realiza-se num quadro de abrandamento económico em Angola e de fortes restrições às importações de bebidas e no acesso a divisas.

Em resultado das evoluções acima apresentadas e em comparação com o período homólogo do ano anterior, as vendas da SUMOL+COMPAL em volume cresceram 4,5%, para 316,3 milhões de litros. As vendas de refrigerantes progrediram 4,0%, para 158,2 milhões de litros, as de sumos e néctares subiram 4,6%, para 82,3 milhões de litros, as de águas avançaram 10,4%, para 44,8 milhões de litros e as de cerveja cresceram ligeiramente.

1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Rendibilidade económica e financeira

No período em análise, o volume de negócios ascendeu a 264,7 milhões de euros, crescendo 13,9% em relação ao período homólogo do ano anterior. Assistiu-se a uma progressão de 14,8% das vendas para 257,9 milhões de euros, com as vendas em Portugal a crescer 12,3%, para os 182,6 milhões de euros, beneficiando da evolução positiva da gama de sumos e néctares. As vendas nas outras geografias totalizaram 75,2 milhões de euros, um aumento de 21,4%, impulsionadas pelas vendas em África. Deste modo, o peso relativo das vendas realizadas nos mercados externos é de 29,5% O valor das prestações de serviços diminuiu para 6,9 milhões de euros, um decréscimo de 11,8%.

O aumento do preço médio registado resulta de uma maior integração da cadeia de valor em Angola e Moçambique, com o desenvolvimento de operações de venda direta nesses locais. Todavia verificou-se uma ligeira diminuição das margens relativas naqueles países. Em Portugal, o ambiente competitivo manteve-se bastante intenso pelo que a evolução do preço médio de venda foi pouco expressiva.

A margem bruta cresceu 14,3% para 141,9 milhões de euros, correspondendo a 53,6% do volume de negócios, nos primeiros nove meses de 2015. Em igual período de 2014 a SUMOL+COMPAL apresentou uma margem bruta de 53,4%. Globalmente, os preços de aquisição das matérias-primas mais relevantes evoluíram em baixa no período em análise.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos alcançou 80,2 milhões de euros, o que traduz um aumento de 14,5%, influenciado sobretudo pelo reforço de atividades de marketing associadas às nossas principais marcas e de gastos com transportes decorrentes do aumento do nível de atividade e do abastecimento das operações externas.

Os gastos com o pessoal cifraram-se em 28,4 milhões de euros, um aumento de 9,5% em relação ao período homólogo do ano anterior, reflexo do aumento de estruturas afetas à operação de Angola.

Manteve-se o cálculo das amortizações de acordo com a vida útil estimada dos bens, atingindo estas 9,9 milhões de euros.

As perdas de imparidade nas dívidas de clientes foram de 0,5 milhões de euros, tendo-se em conta uma avaliação criteriosa dos riscos de crédito. Por esta razão a Empresa adota uma política rigorosa e prudente na concessão de crédito. As provisões constituídas no período totalizaram 0,4 milhões de euros.

Em consequência das evoluções atrás descritas os resultados operacionais (EBIT) cresceram 17,3%, cifrando-se em 26,5 milhões de euros.

O cashflow operacional (EBITDA) atingiu 36,5 milhões de euros, um acréscimo de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os resultados financeiros foram de 14,6 milhões de euros negativos contra 13,9 milhões de euros negativos no período homólogo do ano anterior. Apesar de em 2015 a SUMOL+COMPAL ter operado com uma dívida remunerada líquida inferior quando homologamente comparada com a do ano anterior, os resultados financeiros foram impactados por perdas cambiais nas operações desenvolvidas nos mercados africanos decorrentes da acentuada desvalorização das cotações das moedas locais: Kwanza angolano (AOA) e Metical moçambicano (MZN), face ao Euro.

Os resultados antes de impostos ascenderam a 12,0 milhões de euros, quando tinham sido de 8,8 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. Após a estimativa para o imposto sobre o rendimento, o resultado consolidado com os interesses não controlados foi de 9,6 milhões de euros contra 6,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2014.

Investimentos

O investimento em ativos tangíveis no período ascendeu a 18,8 milhões de euros. A grande maioria realizou-se em Angola na implementação do projeto da fábrica do Bom Jesus para a produção e embalamento de sumos, néctares e refrigerantes. O investimento em ativos intangíveis ascendeu a 2,5 milhões de euros, montante que foi aplicado em direitos contratuais celebrados com vista à fidelização de clientes.

Situação financeira

No segundo trimestre do ano, a SUMOL+COMPAL reduziu o seu capital social de 100.092.500 euros para 60.499.364 euros. Esta redução de capital foi realizada mediante: (i) a extinção de 4.061.763 ações próprias; e (ii) a extinção de 35.531.373 ações com o valor nominal unitário de 1 euro, nos termos oportunamente divulgados ao Mercado.

O pagamento aos acionistas das quantias libertadas pela redução do capital, a par da distribuição de reservas e rendimentos, contribuiu para que a dívida remunerada líquida se situasse nos 235,3 milhões de euros no fecho do trimestre. Este montante representa uma redução de 31,1 milhões de euros em relação aos 266,4 milhões de euros de dívida financeira líquida registados no fecho do período homólogo.

Os 172,5 milhões de euros de capital próprio no final de setembro encontram-se significativamente impactados pelas operações com os detentores de capital acima descritas, cujo detalhe quantificado consta da demonstração consolidada das alterações no capital próprio.

A evolução das variáveis de fundo de maneio nos primeiros nove meses do ano contribuiu para a redução da dívida financeira líquida acima referida. A progressão do prazo médio de recebimentos de 72 para 63 dias foi reforçada pela do prazo médio de pagamentos de 66 para 71 dias. A permanência média de stocks aumentou de 92 para 102 dias.

Ações SUMOL+COMPAL

A ação SUMOL+COMPAL teve o seu primeiro movimento na primeira sessão do ano, em 2 de janeiro de 2015, e registou o último em 25 de setembro. Neste dia a cotação fechou a 1,87 euros por ação, o que reflete uma valorização de 65,6% face ao final de 2014, a 1,13 euros. No mesmo período, o PSI Geral valorizou-se 9,5%.

Nos primeiros nove meses do ano foram transacionadas 4.226.533 ações da SUMOL+COMPAL, em igual período de 2014 transacionaram-se 1.328.985. O aumento das transações é claramente significativo, contudo a já mencionada redução do capital social de 100.092.500 para 60.499.364 ações dificulta a comparabilidade.

No decorrer daqueles nove primeiros meses de 2015, o título registou o mínimo de 0,95 euros em 31 de Março e o máximo de 2,05 euros em 3 de Junho.

As 168 ações próprias detidas pela Empresa no final de setembro resultam, por um lado, da já referida extinção de 4.061.763 títulos próprios e, por outro, das frações de ações adquiridas pela Sociedade e originadas pelo processo de redução de capital social.

2. PERFIL DE RISCO

O Conselho de Administração é responsável pelo cumprimento de toda a legislação, quer geral, quer de aplicação específica à indústria de bebidas. É também responsável pelo financiamento da SUMOL+COMPAL bem como pelo controlo dos riscos associados aos objetivos estratégicos e operacionais. A SUMOL+COMPAL tem um sistema de controlo estruturado num *reporting* económico, financeiro e de operações e acompanha este controlo de forma a obter um grau razoável de confiança em relação à fiabilidade dos dados. Desenvolve-se um conjunto de testes, supervisiona-se, exerce-se controlo e, sempre que necessário, tomam-se medidas corretivas.

No decurso normal do negócio a SUMOL+COMPAL está sujeita a riscos que advenham de uma evolução adversa relacionada com a procura dos seus produtos, concorrência, riscos de mercado, concentração do retalho, perda de clientes, matérias-primas e energia, ambiente económico geral, tecnologias de informação, enquadramento legislativo, retenção de talentos e reputação da mesma.

3. PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO

No ano em curso, a SUMOL+COMPAL manter-se-á atenta a oportunidades de parcerias estratégicas que contribuam para a consolidação do negócio em Portugal e para a expansão internacional. Continuaremos a apostar na inovação, uma vez que consideramos que esta é um pilar fundamental para a criação consistente de valor.

As categorias de bebidas de alta rotação em que a SUMOL+COMPAL está presente deverão, neste exercício, em Portugal, retomar um padrão de crescimento moderado beneficiando do aumento do consumo privado e de condições climatéricas favoráveis no período de verão. A SUMOL+COMPAL manterá uma aposta forte na inovação, na comunicação e na renovação das marcas. Neste enquadramento, as vendas deverão progredir acima do crescimento do mercado.

Fora de Portugal, a SUMOL+COMPAL tem a expectativa de aumentar as vendas beneficiando da diversificação significativa de mercados, designadamente em África, embora a evolução das vendas em Angola, nosso principal mercado externo, possa ser condicionada pelo abrandamento da atividade económica e pela escassez de divisas.

Os trabalhos de reconversão da unidade industrial do Bom Jesus, nos arredores de Luanda, continuam a evoluir de acordo com o planeado tendo-se iniciado a produção de COMPAL e UM BONGO no terceiro trimestre deste ano. Espera-se que a produção local de SUMOL nesta unidade tenha início ainda no primeiro trimestre do próximo ano.

Em consequência dos desempenhos previstos em Portugal e nos mercados internacionais, o volume de negócios e os resultados operacionais da SUMOL+COMPAL, em 2015, deverão ser significativamente superiores aos do ano anterior, embora seja esperada uma desaceleração do crescimento dos mesmos no último trimestre em resultado do abrandamento económico em Angola.

Portela de Carnaxide, 26 de novembro de 2015

O Conselho de Administração

Nota: Refira-se que a informação trimestral agora disponibilizada não foi sujeita a auditoria ou revisão limitada.

INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM 30/09/2015 NOS TERMOS DO REGULAMENTO Nº. 5/2008 DA CMVM

		Nº. de Acções detidas	% Direitos de voto
Refrigor, S.A.	(diretamente)	51.093.581	84,45%
	(indiretamente)		91,50%

Nota: Nos termos do Artº. 20 do CVM

Balanços consolidados
em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

montantes expressos em euros

ATIVO	Notas	30/09/2015	31/12/2014
ATIVO NÃO CORRENTE			
Goodwill	4 e 24	113.453.853,72	113.453.853,72
Intangível	5 e 24	285.989.310,05	286.437.526,93
Tangível	6 e 24	75.936.706,50	63.636.279,35
Outros investimentos financeiros	7 e 24	75.151,31	69.720,01
Dívidas comerciais de longo prazo a receber	8	1.603.820,30	1.412.131,68
Outros ativos não correntes		-	4.892,40
Ativos por impostos diferidos		3.613.754,00	1.923.781,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE		480.672.595,88	466.938.185,09
ATIVO CORRENTE			
Inventários	9 e 24	45.880.871,99	31.825.880,63
Dívidas comerciais de curto prazo a receber	10	67.919.604,11	51.733.383,18
Ativos por impostos correntes	11	2.536.827,41	4.952.594,41
Outros ativos correntes		6.497.035,80	5.743.455,71
Caixa e depósitos bancários	12	13.182.591,19	63.933.052,52
TOTAL DO ATIVO CORRENTE		136.016.930,50	158.188.366,45
TOTAL DO ATIVO	24	616.689.526,38	625.126.551,54

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	30/09/2015	31/12/2014
CAPITAL PRÓPRIO			
Acionistas da empresa-mãe:			
Capital	13	60.499.364,00	100.092.500,00
Ações próprias (valor nominal)	1 e 13	(168,00)	(4.061.813,00)
Ações próprias (descontos e prémios)		(63,84)	(494.638,14)
Excedentes de revalorização		14.354.685,17	14.354.685,17
Reservas legais		1.566.532,58	1.566.532,58
Outras reservas		(5.159.793,81)	22.039.599,95
Alterações nos interesses		34.020.358,97	34.020.358,97
Resultados retidos		(5.558.942,39)	(12.724.252,95)
Resultado líquido do período		4.105.028,49	5.080.490,00
		103.827.001,17	159.873.462,58
Interesses não controlados	14	68.650.416,91	64.194.699,15
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		172.477.418,08	224.068.161,73
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Empréstimos de longo prazo	15	108.909.212,39	196.144.447,47
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar	16	6.529.989,32	8.475.678,22
Provisões		1.851.040,81	1.451.040,81
Passivos por impostos diferidos		63.890.480,00	63.920.627,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		181.180.722,52	269.991.793,50
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos de curto prazo	17	46.090.399,62	31.433.093,24
Dívidas comerciais de curto prazo a pagar	18	68.971.996,35	48.947.723,74
Passivos por impostos correntes	19	6.618.281,71	5.458.197,13
Outras contas de curto prazo a pagar		20.894.801,01	12.419.883,91
Outros passivos financeiros		27.014.372,59	19.612.849,88
Equivalentes a caixa		93.441.534,50	13.194.848,41
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		263.031.385,78	131.066.596,31
TOTAL DO PASSIVO	24	444.212.108,30	401.058.389,81
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		616.689.526,38	625.126.551,54

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

montantes expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30/09/2015	30/09/2014
RENDIMENTOS OPERACIONAIS			
Réditos	20 e 24	264.715.951,47	232.445.736,80
Outros rendimentos e ganhos	24	7.496.918,01	6.918.059,55
TOTAL DOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS		272.212.869,48	239.363.796,35
GASTOS OPERACIONAIS			
Gasto das vendas		(122.828.940,32)	(108.363.353,09)
Fornecimentos e serviços externos		(80.204.491,10)	(70.052.796,33)
Gastos com o pessoal		(28.421.606,91)	(25.962.195,98)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 24	(9.909.352,47)	(9.813.124,71)
Provisões e perdas de imparidade		(939.042,99)	(630.735,35)
Outros gastos e perdas		(3.366.253,64)	(1.921.426,11)
TOTAL DOS GASTOS OPERACIONAIS		(245.669.687,43)	(216.743.631,57)
RESULTADOS OPERACIONAIS	24	26.543.182,05	22.620.164,78
Outros resultados financeiros		(14.566.668,15)	(13.845.682,32)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		11.976.513,90	8.774.482,46
Imposto sobre o rendimento do período	21 e 24	(2.412.696,77)	(2.123.313,49)
RESULTADOS APÓS IMPOSTOS		9.563.817,13	6.651.168,97
Resultado atribuível aos acionistas da empresa-mãe	13	4.105.028,49	6.543.555,40
Resultado atribuível a interesses não controlados	14	5.458.788,64	107.613,57
RESULTADO CONSOLIDADO COM OS INTERESSES NÃO CONTROLADOS	24	9.563.817,13	6.651.168,97
RESULTADO POR AÇÃO			
Incluindo operações em descontinuação			
Básicos	25	0,16	0,07
Diluídos	25	0,16	0,07
Excluindo operações em descontinuação			
Básicos	25	0,16	0,07
Diluídos	25	0,16	0,07

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os trimestres de 1 de julho a 30 de setembro de 2015 e 2014

montantes expressos em euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015 - 3º T	2014 - 3º T
RENDIMENTOS OPERACIONAIS			
Réditos		94.671.204,49	90.666.916,23
Outros rendimentos operacionais		1.940.892,01	2.400.429,61
TOTAL DOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS		96.612.096,50	93.067.345,84
GASTOS OPERACIONAIS			
Gasto das vendas		(41.652.420,75)	(42.267.180,31)
Fornecimentos e serviços externos		(28.851.447,87)	(25.852.457,77)
Gastos com o pessoal		(9.823.822,29)	(8.655.848,21)
Amortizações e depreciações		(3.733.182,00)	(3.676.495,08)
Provisões e perdas de imparidade		(447.974,45)	(225.362,58)
Outros gastos e perdas		(650.835,14)	(357.812,21)
TOTAL DOS GASTOS OPERACIONAIS		(85.159.682,50)	(81.035.156,16)
RESULTADOS OPERACIONAIS		11.452.414,00	12.032.189,68
Outros resultados financeiros		(5.207.208,05)	(4.200.428,94)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		6.245.205,95	7.831.760,74
Imposto sobre o rendimento do período	21	(848.929,67)	(2.203.563,33)
RESULTADOS APÓS IMPOSTOS		5.396.276,28	5.628.197,41
Resultado atribuível aos acionistas da empresa-mãe	13	2.817.354,79	5.438.564,15
Resultado atribuível a interesses não controlados	14	2.578.921,49	189.633,26
RESULTADO CONSOLIDADO COM OS INTERESSES NÃO CONTROLADOS	24	5.396.276,28	5.628.197,41
RESULTADO POR AÇÃO			
Incluindo operações em descontinuação			
Básicos	25	0,09	0,06
Diluídos	25	0,09	0,06
Incluindo operações em descontinuação			
Básicos	25	0,09	0,06
Diluídos	25	0,09	0,06

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos rendimentos integrais dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

montantes expressos em euro

	Notas	30/09/2015	30/09/2014
Resultado atribuível aos acionistas da empresa-mãe	13	4.105.028,49	6.543.555,40
Resultado atribuível a interesses não controlados	14	5.458.788,64	107.613,57
RESULTADO CONSOLIDADO COM OS INTERESSES NÃO CONTROLADOS		9.563.817,13	6.651.168,97
OUTROS GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO:			
Instrumentos financeiros derivados		2.084.820,56	309.766,58
Outros aumentos/diminuições		(453.619,21)	(463.480,77)
		1.631.201,35	(153.714,19)
GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO ANTES DOS INTERESSES NÃO CONTROLADOS		11.195.018,48	6.497.454,78
Outros ganhos (perdas) atribuíveis aos interesses não controlados		(1.003.070,88)	(31.201,95)
GANHOS (PERDAS) CONSOLIDADOS RECONHECIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO COM OS INTERESSES NÃO CONTROLADOS		10.191.947,60	6.466.252,83

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

montantes expressos em euro

	Notas	Capital social	Ações próprias (VN)	Ações próprias (DP)	Excedentes de revalorização	Reservas legais	Outras reservas	Alterações nos interesses	Resultados retidos	Res. líquido do período	Acionistas da empresa-mãe	Interesses não control.	Total do capital próprio
		1 de janeiro de 2015 a 30 de setembro de 2015											
Saldo em 1 de janeiro de 2015		100.092.500,00	(4.061.813,00)	(494.638,14)	14.354.685,17	1.566.532,58	22.039.599,95	34.020.358,97	(12.724.252,95)	5.080.490,00	159.873.462,58	64.194.699,15	224.068.161,73
Aplicação do resultado de 2014		-	-	-	-	-	-	-	5.080.490,00	(5.080.490,00)	-	-	-
Resultado líquido do período	13 e 14	-	-	-	-	-	-	-	-	4.105.028,49	4.105.028,49	5.458.788,64	9.563.817,13
Redução de capital	13	(39.593.136,00)	4.061.645,00	(63,84)	-	-	35.531.373,00	-	-	-	(181,84)	-	(181,84)
Pagamento de reservas e dividendos		-	-	-	-	-	(62.277.147,55)	-	-	-	(62.277.147,55)	-	(62.277.147,55)
Instrumentos financeiros derivados		-	-	-	-	-	-	-	2.084.820,56	-	2.084.820,56	-	2.084.820,56
Outros		-	-	494.638,14	-	-	(453.619,21)	-	-	-	41.018,93	(1.003.070,88)	(962.051,95)
Saldo em 30 de setembro de 2015		60.499.364,00	(168,00)	(63,84)	14.354.685,17	1.566.532,58	(5.159.793,81)	34.020.358,97	(5.558.942,39)	4.105.028,49	103.827.001,17	68.650.416,91	172.477.418,08
		1 de janeiro de 2014 a 30 de setembro de 2014											
Saldo em 1 de janeiro de 2014		100.092.500,00	(4.061.813,00)	(494.453,23)	16.992.401,70	1.565.651,78	33.121.595,43	-	(20.719.194,57)	4.555.000,31	131.051.688,42	(214.370,14)	130.837.318,28
Aplicação do resultado de 2013		-	-	-	-	880,80	-	-	4.554.119,51	(4.555.000,31)	-	-	-
Resultado líquido do período	13 e 14	-	-	-	-	-	-	-	-	6.543.555,40	6.543.555,40	107.613,57	6.651.168,97
Instrumentos financeiros derivados		-	-	-	-	-	-	-	309.766,58	-	309.766,58	-	309.766,58
Aquisição de ações próprias	13	-	-	(184,91)	-	-	-	-	-	-	(184,91)	-	(184,91)
Outros		-	-	-	3.076,88	-	(467.438,45)	-	-	-	(464.361,57)	(31.201,95)	(495.563,52)
Saldo em 30 de setembro de 2014		100.092.500,00	(4.061.813,00)	(494.638,14)	16.995.478,58	1.566.532,58	32.654.156,98	-	(15.855.308,48)	6.543.555,40	137.440.463,92	(137.958,52)	137.302.505,40

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

montantes expressos em euro

	Notas	30/09/2015	30/09/2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		256.229.975,87	252.529.907,23
Pagamentos a fornecedores		(204.737.835,08)	(203.836.900,41)
Pagamentos ao pessoal		(26.507.548,04)	(24.108.166,05)
Fluxo gerado pelas operações		24.984.592,75	24.584.840,77
Recebimento (pagamento) do imposto sobre o valor acrescentado		496.406,37	(698.369,68)
Recebimento (pagamento) do imposto sobre o rendimento		(3.815.096,79)	(1.406.488,00)
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à atividade operacional		(1.266.154,41)	(1.276.889,08)
Fluxos das atividades operacionais		20.399.747,92	21.203.094,01
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		96.051,43	32.681,39
Subsídios de investimento		257.127,82	168.646,90
Juros e proveitos similares		1.544.219,05	216.179,57
		1.897.398,30	417.507,86
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(44.004.782,22)	(31.884,91)
Ativos fixos tangíveis		(6.162.359,44)	(3.511.147,95)
Ativos fixos intangíveis		(914.644,53)	(738.307,94)
		(51.081.786,19)	(4.281.340,80)
Fluxos das atividades de investimento		(49.184.387,89)	(3.863.832,94)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		65.252.179,26	60.098.690,71
Outros		288.593,25	210.000,00
		65.540.772,51	60.308.690,71
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(138.899.947,57)	(50.659.967,46)
Amortização de contratos de locação financeira		(160.319,51)	(209.174,14)
Juros e custos similares		(9.188.399,24)	(10.607.872,73)
Dividendos		(18.275.668,65)	-
Outros		(1.331.093,13)	(1.685.849,23)
		(167.855.428,10)	(63.162.863,56)
Fluxos das atividades de financiamento		(102.314.655,59)	(2.854.172,85)
Variação de caixa e seus equivalentes		(131.099.295,56)	14.485.088,22
Caixa e seus equivalentes no início do período		50.738.204,11	(26.428.677,14)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	(80.361.091,45)	(11.943.588,92)

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BARRADOS TAMBÉM QUER DIZER A NOITE NÃO ACABA AQUI.

O OTIMISMO SABE MELHOR.

Notas Consolidadas

em 30 de setembro de 2015

(montantes expressos em Euro)

ÍNDICE

Índice 17
Nota introdutória 19
Bases de apresentação 19
Referencial de relato 19
Declaração de conformidade 19
Consistência na apresentação 19
Alterações de políticas 19
Principais políticas contabilísticas 19
Goodwill 19
Ativo intangível 20
Ativo tangível 20
Investimentos financeiros em subsidiárias 21
Outros investimentos financeiros 21
Locação financeira 21
Locação operacional 21
Inventários 21
Dívidas comerciais a receber 21
Caixa e equivalentes a caixa 21
Empréstimos 21
Dívidas comerciais a pagar 22
Encargos financeiros com empréstimos obtidos 22
Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura 22
Provisões 23
Imposto sobre o rendimento 23
Regime contabilístico do acréscimo e rédito 23
Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas 23
Classificação de ativos e passivos não correntes 24
Reserva legal 24
Saldos e transações expressos em moeda estrangeira 24
Imparidade do goodwill 24
Imparidade das marcas 24

Imparidade de outros ativos 24
Contingências 25
Matérias ambientais (licenças de emissão de CO_2) 25
Benefícios com pensões de reforma 25
Acontecimentos após a data do balanço 25
Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes 26
1. Empresas incluídas na consolidação 27
2. Empresas associadas 28
3. Comparabilidade e alterações ocorridas no Grupo 28
4. Goodwill 28
5. Ativo intangível 29
6. Ativo tangível 29
7. Outros investimentos financeiros 30
8. Dívidas comerciais de longo prazo a receber 30
9. Inventários 31
10. Dívidas comerciais de curto prazo a receber 32
11. Ativos por impostos correntes 32
12. Caixa e equivalentes a caixa 32
13. Capital 33
14. Interesses não controlados 34
15. Empréstimos de médio e longo prazo 34
16. Dívidas comerciais de longo prazo a pagar 34
17. Empréstimos de curto prazo 35
18. Dívidas comerciais de curto prazo a pagar 35
19. Passivos por impostos correntes 35
20. Réditos 35
21. Impostos sobre o rendimento 36
22. Partes relacionadas 37
23. Contingências 40
24. Segmentos operacionais 41
25. Resultados por ação 44
26. Acontecimentos após a data do balanço 44
27. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras 44

NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo SUMOL+COMPAL ("Grupo") é constituído pela SUMOL+COMPAL, S.A. ("SUMOL+COMPAL", "S+C" ou "Empresa") e empresas subsidiárias e tem como atividade principal a produção e comercialização de refrigerantes, sumos de frutas, águas, cervejas, derivados e conservas de frutos e vegetais. A Empresa tem sede na Estrada da Portela, n.º 9, em Carnaxide, e foi constituída em 26 de janeiro de 1970.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em euros (moeda funcional), por esta ser a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que o Grupo opera.

BASES DE APRESENTAÇÃO

As bases de apresentação na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

Referencial de relato
No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, na sua regulamentação para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei ("DL") n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") conforme endossadas pela União Europeia ("UE") a partir do exercício de 2005. As IAS/IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as IAS/IFRS emitidas pelo IASB, tal como adotadas pela UE.

Consistência na apresentação
As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas daquele.

Alterações de políticas
Durante o período findo em 30 de setembro de 2015 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anual anterior.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram:

Goodwill
As diferenças entre o valor de aquisição dos investimentos em empresas do grupo e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são escrituradas na rubrica "Goodwill" (Nota 4) e, quando negativas, diretamente em ganhos do período, depois de reavaliado o justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

Até 31 de dezembro de 2004, o Grupo amortizava o goodwill no período estimado de recuperação do investimento, definido em 20 anos. Contudo, a aplicação da IFRS 3 implica

descontinuar a amortização do goodwill desde o princípio do primeiro período anual com início em ou após 31 de março de 2004. Deste modo, o Grupo procedeu à interrupção da amortização do goodwill a partir de 1 de janeiro de 2005.

O valor recuperável do goodwill escriturado no ativo é sujeito anualmente a testes de imparidade, independentemente da existência de sinais desta. As eventuais perdas de imparidade são reconhecidas como um gasto do período em que sejam apuradas, tendo como limite a quantia escriturada do respetivo ativo.

Ativo intangível
O ativo intangível encontra-se escriturado ao valor de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade, igualmente acumuladas (Nota 5). O ativo intangível só é reconhecido se for identificável, controlado pelo Grupo e for provável que dele advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor. O ativo intangível é composto por direitos contratuais decorrentes de contratos de exclusividade celebrados com clientes e por marcas.

As amortizações dos direitos contratuais são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período estimado da sua vida útil a partir do exercício em que o ativo se encontra disponível para uso e são escrituradas na demonstração dos resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações", durante o período da respetiva vigência (3 a 5 anos).

O valor recuperável das marcas escriturado no ativo é sujeito anualmente a testes de imparidade, independentemente da existência de sinais desta. As eventuais perdas de imparidade são reconhecidas como um gasto do período em que sejam apuradas, tendo como limite a quantia escriturada do respetivo ativo.

Ativo tangível
Os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao valor de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas (Nota 6).

Regra geral, as depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir do ano em que os bens entram em funcionamento (uso), por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração dos resultados, sendo imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada para o ativo pelo Grupo, conforme quadro abaixo:

	Anos de vida útil
Instalações	5 a 50
Equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	6 a 25
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Taras e vasilhame	3 a 7
Outros ativos tangíveis	3 a 25

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos escriturados ao valor de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso.

Investimentos financeiros em subsidiárias
As participações financeiras nas empresas em que o Grupo está exposto ou é detentor de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre ela (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica "Interesses não controlados" (Nota 14). Na aquisição de empresas do Grupo é seguido o método da compra. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Outros investimentos financeiros
Os investimentos financeiros noutras empresas são inicialmente escriturados pelos respetivos valores de aquisição, que são os justos valores das retribuições dadas por eles, incluindo despesas de transação, deduzidos de eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os valores de aquisição destes investimentos são inferiores aos respetivos valores de realização.

Locação financeira
Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira (“Leasing”), bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Locação operacional
Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD") estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam.

Inventários
Os inventários são valorizados ao menor do gasto de aquisição/produção ou do valor realizável líquido (Nota 9). O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos gastos de comercialização. Os inventários de todas as empresas incluídas na consolidação foram valorizados de acordo com os critérios de valorimetria da empresa-mãe, utilizando como método de custeio para as matérias-primas o custo médio e para os produtos acabados o custo standard, regularmente revisto à luz das condições correntes.

Dívidas comerciais a receber
As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são inicialmente escrituradas ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo, deduzidos de eventuais perdas de imparidade (Notas 8 e 10).

Caixa e equivalentes a caixa
Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 13) correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Esta rubrica inclui ainda os descobertos bancários a qual é apresentada como equivalentes a caixa no passivo.

Empréstimos
Os empréstimos são escriturados ao custo amortizado (Notas 15 e 17), que corresponde à quantia pela qual o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial (justo valor) menos os reembolsos de capital e a amortização cumulativa usando o método do juro efetivo de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade.

De acordo com o método do juro efetivo, o gasto de juros é imputado ao passivo financeiro durante o período relevante descontando os pagamentos de caixa futuros estimados durante a sua vida esperada. A estimativa destes fluxos de caixa considera os termos contratuais do passivo financeiro tais como comissões, spread e custos de transação.

Dívidas comerciais a pagar
As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são escrituradas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo (Notas 16 e 18).

Encargos financeiros com empréstimos obtidos
Os encargos financeiros relacionados com os empréstimos obtidos são reconhecidos de acordo com o método do juro efetivo, reconhecendo-se o gasto dos juros e todos os outros gastos inerentes ao longo da vida útil esperada dos mesmos.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura
O Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com o fim único e exclusivo de cobrir os riscos de taxa de juro de financiamentos bancários contratados e de taxa de câmbio associado a fluxos financeiros em moeda estrangeira. A contratação de tais instrumentos é efetuada de acordo com as políticas de gestão de risco aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

i. à data de início da transação, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;

ii. existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;

iii. a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;

iv. para operações de cobertura de fluxos de caixa, os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

<u>Cobertura de fluxos de caixa</u>
Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* ("*swaps*") (Nota 16) e *forwards* cambiais ("*forwards*").

Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para resultados, à medida que o item coberto gere perdas ou ganhos.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada diretamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados.

Provisões
As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Imposto sobre o rendimento
O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada uma delas (Notas 11 e 19), considerando a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos escriturados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou escriturados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

Regime contabilístico do acréscimo e rédito
Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes" registam-se os rendimentos e os gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as receitas e as despesas já ocorridas respeitantes a exercícios futuros, a imputar aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

Os réditos (Notas 20 e 24) decorrentes de vendas e de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado. Os réditos são reconhecidos líquidos de impostos e descontos.

Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas
O Grupo reconhece estes subsídios quando tem na sua posse informações que permitam concluir, por um lado, que as empresas elegíveis reúnem os requisitos para cumprir as condições a eles associadas e que, por outro, os fluxos de caixa deles decorrentes fluirão efetivamente para aquelas.

Após a verificação das circunstâncias acima descritas, o Grupo adota umas das seguintes metodologias na escrituração destes subsídios:

i. os destinados à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam;

ii. os atribuídos a fundo perdido para financiamento da aquisição de ativos tangíveis são escriturados, como rendimentos diferidos, na rubrica de "Outros passivos correntes", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos tangíveis subsidiados.

Classificação de ativos e passivos não correntes
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Reserva legal
A legislação societária Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Nota 13). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital social.

Saldos e transações expressos em moeda estrangeira
Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são escrituradas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

A moeda funcional das unidades operacionais detidas no estrangeiro é a mesma da entidade que relata, ou seja, o euro.

Imparidade do goodwill
Por ter vida útil indeterminada, o goodwill (Nota 4) não é amortizado, mas antes anualmente sujeito a teste de imparidade. O goodwill encontra-se escriturado pelo seu custo deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais não são reversíveis e se escrituram em resultados financeiros.

Para efeitos de realização dos testes de imparidade, o goodwill é associado a unidades geradoras de caixa de modo a se determinar o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

Imparidade das marcas
Por terem igualmente vida útil indeterminada, as marcas (Nota 5) não são amortizadas, mas antes anualmente sujeitas a teste de imparidade. As marcas encontram-se escrituradas pelo seu custo deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais não são reversíveis e se escrituram na demonstração dos resultados em "Provisões e perdas de imparidade".

Para efeitos de realização dos testes de imparidade, as marcas são associadas a unidades geradoras de caixa de modo a se determinar o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

Imparidade de outros ativos
É efetuada uma avaliação de imparidade à data do balanço e sempre que se identifique um evento ou alteração nas circunstâncias indicativo de que possa não ser recuperado o valor de escrituração de um ativo. Caso este seja superior à sua quantia recuperável reconhece-se uma perda de imparidade, escriturada na demonstração dos resultados em "Provisões e perdas de imparidade".

A quantia recuperável é o valor mais elevado entre o justo valor menos o gasto de venda e o seu valor de uso. O primeiro é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O segundo é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, caso não seja possível, para a unidade geradora de caixa a que pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é escriturada na demonstração dos resultados, em "Outros rendimentos operacionais", quando existem indícios de que já não existem ou diminuíram. Contudo, a reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse escriturado em exercícios anteriores.

Contingências
As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 23). As mesmas são divulgadas nas notas consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Matérias ambientais (licenças de emissão de CO_2)
Algumas das unidades produtivas do Grupo encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de Gases com Efeito de Estufa (GEE). Até à data, o IASB não regulamentou ainda a política contabilística que permita às entidades escriturar a atribuição e transação de licenças de emissão dos GEE. Não obstante, o Grupo entendeu ser adequado adotar a que a seguir se descreve:

i. as licenças de emissão de GEE atribuídas a título gratuito não dão lugar ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo, o mesmo se aplicando às emissões que lhes estão associadas;

ii. os rendimentos de que o Grupo possa vir a beneficiar resultantes da alienação de direitos de emissão serão escriturados na rubrica "Outros rendimentos operacionais";

iii. quando existirem indícios de que as emissões anuais de CO_2 irão exceder as licenças atribuídas anualmente, o Grupo procederá à escrituração do correspondente passivo na rubrica "Outros acréscimos de gastos", por contrapartida da rubrica "Outros gastos operacionais", tendo como base de mensuração a cotação de fecho da data do balanço consolidado anual;

iv. as licenças que o Grupo tenha eventualmente de adquirir darão lugar ao reconhecimento de um ativo intangível, pelo respetivo preço de aquisição, na rubrica "Propriedade industrial e outros direitos".

Benefícios com pensões de reforma
As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) e de sobrevivência são escrituradas em conformidade com o disposto na IAS 19 para os planos de contribuição definida, sendo os gastos com a atribuição dos planos reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários (na rubrica "Gastos com o pessoal").

Acontecimentos após a data do balanço
Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas consolidadas (Nota 26).

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, o qual se baseia na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e nas ações que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Grupo e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

O uso de estimativas e de pressupostos representa um risco em originar ajustamentos nos períodos futuros. As principais rubricas que se encontram influenciadas por estimativas e julgamentos são as seguintes:

i. estimativa de imparidade do goodwill (Nota 4);

ii. estimativa de imparidade das marcas (Nota 5);

iii. estimativa da vida útil dos ativos tangíveis (Nota 6);

iv. estimativa de imparidade em clientes;

v. estimativa de imposto sobre o rendimento (Nota 21);

vi. estimativa de imposto diferido ativo decorrente de prejuízos fiscais reportáveis.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

				30/09/15		31/12/14	
				Percentagem de capital detido			
Denominação social	Sede social	Atividade principal	Detentor	Direta	Efetiva	Direta	Efetiva
Empresa-mãe:							
Sumol+Compal, S.A.	Carnaxide	Produção de bebidas					
Subsidiárias:							
Companhia Geral de Bebidas de Angola, Lda. ("CGBA")	Luanda	Distribuição de bebidas	S+Cm	-%	45,090 %	-%	45,090 %
D2C Unipessoal, Lda. ("D2C")	Carnaxide	Comércio via Internet	S+Cm	-%	50,100 %	-%	50,100 %
Servicom Alimentaria, S.A.	Madrid	Distribuição alimentar	S+Cm	-%	50,100 %	-%	50,100 %
Sociedade Agrícola Castro Verde, Lda. ("SACV")	Gouveia	Agricultura	(a)	6,900 %	51,990 %	6,900 %	51,990 %
Sumol+Compal África, S.G.P.S., Lda ("S+Ca")	Carnaxide	Gestão de participações	(b)	-%	50,100 %	-%	50,100 %
Sumol+Compal Angola, S.A. (Nota 3)	Luanda	Produção de bebidas	S+Cao	-%	25,095 %	-%	25,095 %
Sumol+Compal Angola Invest, S.A. ("S+Cao")	Carnaxide	Gestão de participações	S+Ci	-%	25,100 %	-%	25,100 %
Sumol+Compal Internacional, S.G.P.S., Lda ("S+Ci")	Carnaxide	Gestão de participações	S+Cm	-%	50,100 %	-%	50,100 %
Sumol+Compal Marcas, S.A. ("S+Cm")	Carnaxide	Produção de bebidas	S+C	50,100 %	50,100 %	50,100 %	50,100 %
Sumol+Compal Moçambique, S.A. ("S+Cmz")	Maputo	Distribuição de bebidas	(c)	-%	49,852 %	-%	45,090 %
Worldwideco, Unipessoal, Lda. ("WWC") (Notas 3 e 15)	Funchal	Distribuição de bebidas	S+Cm	-%	50,100 %	-%	50,100 %

Percentagem efetiva de capital detido pela S+C

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as percentagens efetivas das participações assinaladas com as alíneas (a) a (c) resultam dos seguintes efeitos conjugados:

(a) direta da SUMOL+COMPAL e indireta de 45,09% da S+Cm;

(b) indiretas de 45,09% da S+Ci e de 5,01% da S+Cm;

(c) indiretas de 45,087% da S+Ca, de 0,002% da S+Cm e de 0,001% da S+Ci.

Tal como o previsto na IFRS 10 e no contexto da definição de controlo explicitada nas políticas contabilísticas (investimentos financeiros em subsidiárias), estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método integral uma vez que o controlo destas é exercido pela SUMOL+COMPAL.

Informações de acordo com a alínea d) do n.º 5 do Artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais:

	Número	Valor	%
Ações próprias	168	1	0,0003
	168		0,0003

2. EMPRESAS ASSOCIADAS

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não existem saldos de investimentos financeiros em empresas associadas.

3. COMPARABILIDADE E ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Não se verificaram alterações na estrutura do Grupo nem factos materiais que alterem a comparabilidade das demonstrações financeiras apresentadas para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 e 31 de dezembro de 2014.

4. GOODWILL

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada do goodwill (Nota 24), bem como nas respetivas perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	30/09/15				31/12/14			
	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Perdas impar.	Saldo final	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Perdas impar.	Saldo final
Goodwill:								
- em passivos por ID	70.764.337	-	-	70.764.337	70.764.337	-	-	70.764.337
- na compra da Sumol GM	25.288.686	-	-	25.288.686	25.288.686	-	-	25.288.686
- na compra da Compal	17.400.831	-	-	17.400.831	17.400.831	-	-	17.400.831
	113.453.854	-	-	113.453.854	113.453.854	-	-	113.453.854

O Grupo descontinuou a amortização do goodwill a partir de 1 de janeiro de 2005 (conforme referido na respetiva política contabilística) e testou-o quanto a imparidade de acordo com a IAS 36.30 e seguintes, pelo cálculo do valor de uso de uma unidade geradora de caixa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados.

5. ATIVO INTANGÍVEL

No período findo em 30 de setembro de 2015, o movimento ocorrido no valor do ativo intangível (Nota 24), bem como nas respetivas amortizações (Nota 24) e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	01/01/15				30/09/15
Activo bruto:	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transfer.	Saldo final
Propriedade industrial e marcas	284.768.616	-	-	-	284.768.616
Direitos contratuais	31.249.882	2.514.934	-	-	33.764.816
	316.018.498	2.514.934	-	-	318.533.432

	01/01/15					30/06/15
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:	Saldo inicial	Amortiz. exercício	Perdas imparidade	Alien. e abates	Transfer.	Saldo final
Propriedade industrial e marcas	(1.871.418)	-	-	-	-	(1.871.418)
Direitos contratuais	(27.709.553)	(2.963.151)	-	-	-	(30.672.704)
	(29.580.971)	(2.963.151)	-	-	-	(32.544.122)

6. ATIVO TANGÍVEL

No período findo em 30 de setembro de 2015, o movimento ocorrido no valor do ativo tangível (Nota 24), bem como nas respetivas depreciações (Nota 24) e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	01/01/15				30/09/15
Ativo bruto:	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transfer. e regulariz.	Saldo final
Propriedades	20.541.795	-	-	-	20.541.795
Instalações	91.852.689	1.135.493	-	1.389.976	94.378.158
Equipamento básico	148.192.098	3.242.656	(515.925)	6.463.649	157.382.478
Equipamento de transporte	5.151.246	631.034	(162.457)	(434.962)	5.184.861
Equipamento administrativo	16.003.396	720.454	(11.261)	298.734	17.011.323
Outros equipamentos	52.922.102	673.266	(677.295)	24.216	52.942.289
Ativos tangíveis em curso	1.339.536	12.376.694	-	(7.741.613)	5.974.617
	336.002.862	18.779.597	(1.366.938)	-	353.415.521

	01/01/15					30/09/15
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas	Saldo inicial	Deprec. exercício	Perdas imparidade	Alienações e abates	Transfer. e regulariz.	Saldo final
Instalações	(67.905.924)	(2.178.614)	-	-	62.617	(70.021.921)
Equipamento básico	(133.892.360)	(2.951.564)	-	515.175	24.548	(136.304.201)
Equipamento de transporte	(4.643.526)	(220.303)	-	134.602	307.230	(4.421.997)
Equipamento administrativo	(14.891.492)	(776.711)	-	11.261	73.390	(15.583.552)
Outros equipamentos	(51.033.281)	(819.010)	-	673.073	32.074	(51.147.144)
	(272.366.583)	(6.946.202)	-	1.334.111	499.859	(277.478.815)

O ativo tangível em curso apresentava, em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a seguinte composição:

	30/09/15	31/12/14
Linhas de produção	5.641.384	659.168
Instalações	223.972	206.756
Sistemas de informação	76.306	401.728
Outros	32.955	71.884
	5.974.617	1.339.536

7. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica "Outros investimentos financeiros" (Nota 24) era o que consta do quadro que se segue:

Outros investimentos financeiros	30/09/15	31/12/14
Embopar	17.459	17.459
Refrigor (Brasil)	10.057	10.057
Dispar	8.230	8.230
Centro Técnico de Citricultura	7.500	7.500
Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	7.482	7.482
Codal	5.487	5.487
Fundo de Compensação do Trabalho	8.446	3.015
Eurodietética	2.494	2.494
Companhia Térmica Compal – sociedade em liquidação	2.095	2.095
Outros	5.901	5.901
	75.151	69.720

8. DÍVIDAS COMERCIAIS DE LONGO PRAZO A RECEBER

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as dívidas comerciais de longo prazo a receber apresentavam a seguinte composição:

	30/09/15	31/12/14
Outros devedores (a)	335.458	272.229
Cauções de vasilhame (b)	1.268.362	1.139.903
	1.603.820	1.412.132

(a) Empréstimos concedidos a clientes

(b) Valores de caução de vasilhame pagos a fornecedores realizáveis no momento da devolução física do mesmo.

9. INVENTÁRIOS

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica (Nota 24) tinha a seguinte composição:

	30/09/15	31/12/14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17.679.822	12.223.282
Produtos acabados e mercadorias	28.201.050	19.602.599
	45.880.872	31.825.881

No balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, as rubricas "Mercadorias" e "Produtos Acabados" encontram-se agregados na mesma linha. Este procedimento decorre do facto de ocorrerem movimentos internos, entre as empresas intervenientes no processo de consolidação, de bens que assumem para umas a natureza de produtos acabados e para outras, correspondentemente, a de mercadorias, tornando complexa a individualização de cada uma delas.

Encontra-se implementado, e em vigor no Grupo, um processo que define o apuramento e mensuração do custo dos produtos acabados. Este processo contempla a validação dos níveis de utilização das matérias e bens de consumo definidos nas listas técnicas, incluindo gastos com energia, manutenção e processo de higienização das linhas de produção, bem como a sua valorimetria (componente variável do custeio).

Paralelamente, são validados os níveis de imputação dos gastos gerais de fabrico e mão-de-obra das atividades suporte e atividades principais. Para o cálculo do custo dos produtos são ainda considerados os níveis de atividade (capacidade produtiva) e os nominais das linhas de produção (eficiência), que são específicas para cada um dos formatos de embalagens.

A componente variável do custeio é revista numa base mensal, sendo as remanescentes rubricas de carácter fixo revistas anualmente ou sempre que alterações significativas e com impacto justifiquem a sua revisão, resultando na aplicação da equação Custeio Standard (produto z) = Custeio Variável (MP, ME e MS) + Custeio Fixo. Os significados das variáveis constantes do segundo membro da equação encontram-se explicitados nos parágrafos imediatamente seguintes, bem como os das variáveis que integrem eventualmente aquelas primeiras.

MP, ME, MS, GGF e MOD

Estas siglas correspondem aos acrónimos de, correspondentemente, matérias-primas, materiais de embalagem, matérias subsidiárias, gastos gerais de fabrico e mão-de-obra direta.

Custeio Fixo

Para um formato de embalagem z, corresponde ao quociente entre a tarifa da atividade de uma linha x e o nominal de produção de um formato de embalagem z.

Tarifa da atividade

Para uma linha x, corresponde à soma do custo da atividade suporte que se lhe imputa com o quociente entre o custo da sua atividade principal, entendido como GGF e MOD, e a sua atividade normal.

10. DÍVIDAS COMERCIAIS DE CURTO PRAZO A RECEBER

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30/09/15	31/12/14
Clientes	61.448.173	43.468.016
Entidades relacionadas	12.545	11.943
Cauções de vasilhame	-	423.399
Outros devedores	6.458.886	7.830.025
	67.919.604	51.733.383

11. ATIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 30 de setembro de 2015 e 31 dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30/09/15	31/12/14
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar	1.255.196	2.738.444
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	975.884	1.905.513
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	209.328	209.328
Outros	96.419	99.309
	2.536.827	4.952.594

12. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	30/09/15	30/09/14
Caixa e equivalentes a caixa:		
Numerário	29.520	8.785
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	13.153.071	3.421.700
	13.182.591	3.430.485
Descobertos bancários e contas caucionadas	(93.441.534)	(15.374.074)
	(80.258.943)	(11.943.589)

13. CAPITAL

No segundo trimestre do ano, a SUMOL+COMPAL reduziu o seu capital social de 100.092.500 euros para 60.499.364 euros. Na proporção de 37 por cada 100, extinguiram-se na operação 4.061.763 ações próprias e 35.531.373 ações mediante a aplicação do fator 0,63. O valor nominal manteve-se em 1 euro por ação, pelo que o respetivo número resulta da divisão do valor em euros por 1.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social da SUMOL+COMPAL, integralmente subscrito e realizado, encontrava-se representado, correspondentemente, por 100.092.500 e 60.499.364 ações ordinárias, sendo a estrutura acionista a seguinte:

	30/09/15		31/12/14	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Refrigor				
Diretamente	51.093.581	84,45 %	70.590.610	70,53 %
Indiretamente	4.260.989	7,04 %	6.692.482	6,69 %
	55.354.570	91,49 %	77.283.092	77,22 %
Grupo Caixa Geral de Depósitos ("CGD"):				
Diretamente	19.032	0,03 %	30.211	0,03 %
CGD Pensões	673.849	1,11 %	1.069.603	1,07 %
	692.881	1,14 %	1.099.814	1,10 %
Ações próprias:				
S+C	168	-%	4.061.813	4,06 %
	168	-%	4.061.813	4,06 %
Outros:				
Fundo de Capital de Risco CGD – Caixa Capital	-	-%	10.510.313	10,50 %
Caixagest	1.253.962	2,07 %	1.990.417	1,99 %
Ações dispersas em bolsa	3.197.783	5,30 %	5.147.051	5,13 %
	4.451.745	7,37 %	17.647.781	17,62 %
	60.499.364	100,00 %	100.092.500	100,00 %

14. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a estrutura dos interesses não controlados a seguinte:

		30/09/15		31/12/14	
		Percentagem de capital detido			
Detentor	Sociedade	Direta	Efetiva	Direta	Efetiva
Copagef	CGBA	-%	44,910 %	-%	44,910 %
	D2C	-%	49,900 %	-%	49,900 %
	Servicom	-%	49,900 %	-%	49,900 %
	SACV	-%	44,910 %	-%	44,910 %
	S+Ca	-%	49,900 %	-%	49,900 %
	S+C Angola	-%	24,995 %	-%	24,995 %
	S+Cao	-%	25,000 %	-%	25,000 %
	S+Ci	-%	49,900 %	-%	49,900 %
	S+Cm	49,900 %	49,900 %	49,900 %	49,900 %
	S+Cmz	-%	49,653 %	-%	44,910 %
	WWC	-%	49,900 %	-%	49,900 %
José Filipe Serpa Pimentel Barros Virgolino	CGBA	10,000 %	10,000 %	10,000 %	10,000 %
Herdeiros de Manuel Jacinto Alves	SACV	3,100 %	3,100 %	3,100 %	3,100 %
Alexandre Lemos de Matos	S+C Angola	0,005 %	49,895 %	0,005 %	49,895 %
	S+Cao	49,900 %	49,900 %	49,900 %	49,900 %
Adolfo Manuel da Silva Correia	S+Cmz	0,495 %	0,495 %	10,000 %	10,000 %
Outros	S+C Angola	0,015 %	0,015 %	0,015 %	0,015 %

15. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Médio e longo prazo	30/09/15	31/12/14
		Saldos
Empréstimos bancários	103.476.854	124.673.233
Contas caucionadas	-	51.168.381
Papel comercial	5.000.000	20.000.000
Locação financeira	432.358	302.833
	108.909.212	196.144.447

16. DÍVIDAS COMERCIAIS DE LONGO PRAZO A PAGAR

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as dívidas comerciais de longo prazo a pagar apresentavam a seguinte composição:

	30/09/15	31/12/14
Instrumentos financeiros derivados ("swaps")	6.358.197	8.299.730
Outros	171.792	175.948
	6.529.989	8.475.678

17. EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Curto prazo	30/09/15	31/12/14
		Saldos
Empréstimos bancários	25.992.389	26.258.698
Papel comercial	20.000.000	5.000.000
Locação financeira	98.011	174.395
	46.090.400	31.433.093

18. DÍVIDAS COMERCIAIS DE CURTO PRAZO A PAGAR

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30/09/15	31/12/14
Fornecedores	62.470.391	47.673.952
Entidades relacionadas	4.411.101	169.744
Outros credores	2.090.504	1.104.028
	68.971.996	48.947.724

19. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30/09/15	31/12/14
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)	3.871.916	3.532.319
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a pagar	1.430.693	781.267
Contribuições para a Segurança Social	705.309	615.342
Imposto sobre o Rendimento (IRC/IRS) – retenções na fonte	461.278	374.338
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	146.744	135.588
Imposto do Selo (IS)	2.342	19.343
	6.618.282	5.458.197

20. RÉDITOS

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, a rubrica “Réditos” (Nota 24) apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Vendas	257.858.401	224.667.922
Prestações de serviços	6.857.550	7.777.815
	264.715.951	232.445.737

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A SUMOL+COMPAL e as suas subsidiárias sediadas em Portugal encontram-se individualmente sujeitas a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") e correspondente Derrama Municipal. No período findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa deixou de ser tributada pelo lucro consolidado no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") na medida em que a alienação de 49,9% do capital da S+Cm à Copagef originou uma participação na subsidiária inferior aos 75% mínimos previstos naquele regime. Contudo, na S+Cm reuniram-se as condições para a constituição de um outro grupo fiscal com efeitos a 1 de janeiro de 2015. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período.

O imposto destas empresas correspondente ao período findo em 30 de setembro de 2015 foi calculado tendo por base a taxa nominal de IRC agregada de 22,5%, que inclui Derrama Municipal (em 31 de dezembro de 2014 tinha sido de 24,5%). Em ambos os períodos houve o acréscimo da Derrama Estadual nos lucros tributáveis superiores a 1,5 milhões de euros, com três patamares de taxas em 2014 (3% até 7,5 milhões de euros, 5% entre o valor anterior e 35 milhões de euros e 7% para os montantes superiores).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se espera virem a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, correspondendo estas às que estiverem aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço consolidado (22,5% no período findo em 30 de setembro de 2015).

Os prejuízos fiscais gerados a partir de 2014 podem ser recuperados no período de 12 anos, devendo a sua utilização processar-se por ordem cronológica e apenas até à concorrência de 70% do lucro tributável de cada ano fiscal. A caducidade das anulações ou liquidações adicionais resultantes de correções aos prejuízos fiscais é, desde 2014, de 4 anos.

Os livros, registos contabilísticos, processo de documentação fiscal e correspondente documentação suporte devem ser conservados durante 12 anos.

Às subsidiárias sediadas em jurisdições estrangeiras aplica-se a legislação fiscal dos países em que desenvolvem as suas atividades.

Durante os exercícios de 2011 a 2013, o Grupo suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D"), as quais, no seu entendimento, eram suscetíveis de serem elegíveis para efeitos de aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE"), previsto na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, entretanto alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Neste sentido, relativamente aos exercícios de 2011 e 2013, foram emitidas as respetivas declarações, por parte da Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial ("Comissão Certificadora"), relativas à recomendação de créditos fiscais decorrentes de atividades de I&D efetuadas naqueles exercícios, nos montantes de, correspondentemente, 208.279 euros, 196.761 euros e 280.918 euros.

Por último e atentos os investimentos realizados nesta área em particular, em 30 de julho do corrente ano o Grupo submeteu a candidatura relativa ao período de tributação de 2014 às entidades competentes e aguarda o feedback da acima referida Comissão Certificadora.

No período findo em 31 de dezembro de 2013 foi publicada a Lei n.º 49/2013, de 16 de julho, que estabelece um Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento ("CFEI") traduzido numa dedução à coleta de IRC de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração (com limite de cinco milhões de euros por sujeito passivo). As despesas deverão ter sido efetuadas entre 1 de junho e 31 de dezembro de 2013 e a dedução pode ser efetuada até à concorrência de 70% da coleta do IRC. Para as entidades que apliquem o RETGS, a dedução será feita com base na matéria coletável do grupo até à concorrência de 70% desta. Contudo, não poderá ultrapassar, para cada sociedade e por cada exercício, o limite de 70% da coleta que

se apuraria pela sociedade que realizou as despesas elegíveis caso o RETGS não se aplicasse. A parte do benefício que não possa ser deduzida é transmissível, nas mesmas condições, aos cinco períodos de tributação subsequentes.

Na Declaração Modelo 22 correspondente ao período de tributação findo em 31 de dezembro de 2013, submetida em maio de 2014, foram deduzidos 527.919 euros referentes ao benefício fiscal determinado nos termos do CFEI.

22. PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da SUMOL+COMPAL, que coincide com a entidade controladora final, é a Refrigor (Nota 13).

Os saldos e as transações entre a SUMOL+COMPAL e as suas subsidiárias, que são partes relacionadas da Empresa, foram eliminados no processo de consolidação e, por essa razão, não são divulgadas nesta nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo e outras partes relacionadas encontra-se divulgado adiante.

As vendas e as prestações de serviços efetuadas às partes relacionadas, e as aquisições de bens e serviços a estas, foram valorizadas, respetivamente, aos preços praticados habitualmente pelo Grupo a partes não relacionadas e a preços de mercado, podendo, em qualquer dos casos, considerar descontos sobre o volume transacionado e a natureza e especificidade das operações realizadas.

Os saldos existentes com as partes relacionadas não se encontram cobertos por seguros e serão liquidados em dinheiro, não tendo sido dadas ou recebidas quaisquer garantias. No período findo em 30 de setembro de 2015 não foram reconhecidas quaisquer perdas de imparidade relativamente a montantes devidos por partes relacionadas.

Em 30 de setembro de 2015, a lista de partes relacionadas era a seguinte:

Amélia Maria Brito Pires Eusébio
Vogal do Conselho de Administração da Refrigor e da SUMOL+COMPAL.

António Rui Libório Frade
Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

António Sérgio Brito Pires Eusébio
Presidente do Conselho de Administração da Refrigor e da SUMOL+COMPAL.

CGBA
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

D2C
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto
Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

Eufiger
A maioria dos administradores da Eufiger integra o Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

Frildo
Todos os gerentes da Frildo integram o Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

João António Brito Pires Eusébio
Vogal do Conselho de Administração da Refrigor e da SUMOL+COMPAL.

José Manuel Doutel Jordão
Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

José Tomaz Júdice Gamito Pires
Vogal do Conselho de Administração da Refrigor e da SUMOL+COMPAL.

Madibel – sociedade em liquidação
Subsidiária da Refrigor.

Refrigor
Empresa-mãe da SUMOL+COMPAL.

Servicom
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Ca
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+C Angola
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Cao
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Ci
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Cm
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Cmz
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

WWC
Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

A natureza dos relacionamentos existentes entre as partes relacionadas acima divulgadas era, em 30 de setembro de 2015, a que a seguir se descreve:

Entre o Grupo e a Eufiger
A Eufiger arrenda à SUMOL+COMPAL e à S+Cm parte do Edifício Vértice, sito na Portela de Carnaxide, freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras.

Entre o Grupo e a Frildo
A Frildo arrenda à SUMOL+COMPAL e à S+Cm parte do Edifício Frildo, sito na Portela de Carnaxide, freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras.

Entre a entidade relatora e a Refrigor
A Refrigor obtém contrapartidas da SUMOL+COMPAL resultantes das seguintes relações comerciais significativas:

i. garantias prestadas no âmbito do contrato de financiamento celebrado com a CGD e o BES (atual Novo Banco), em 30 de dezembro de 2008;

ii. compromissos assumidos no âmbito dos contratos de engarrafamento e distribuição de várias marcas, em vigor, entre a SUMOL+COMPAL e as sociedades PepsiCo Inc. e

Seven-UP Internacional. Estes pressupõem a manutenção de uma participação acionista de controlo por parte da Refrigor;

iii. prestação de serviços de utilização parcial das instalações do Edifício Sede, que é propriedade da Refrigor.

Outras informações

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, a remuneração dos administradores e outro pessoal chave da gerência apresentava a seguinte composição:

	30/09/15	30/09/14
Benefícios de curto prazo	1.240.438	1.271.794
	1.240.438	1.271.794

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 dezembro de 2014, os saldos mais significativos existentes com partes relacionadas eram os a seguir apresentados:

Saldos	30/09/15				31/12/14			
	C/C		Associadas		C/C		Associadas	
	Clientes	Fornec.	A receber	A pagar	Clientes	Fornec.	A receber	A pagar
Empresa-mãe da entidade	-	3.390	6.334	(269.106)	-	3.390	9.163	(114.928)
Subsidiárias da empresa-mãe da entidade	32.517	-	302	-	32.517	-	302	-
Outras partes relacionadas	(245)	(227.094)	5.908	23.625	(245)	(191.146)	2.357	-
	32.272	(223.704)	12.544	(245.481)	32.272	(187.756)	11.822	(114.928)

As transações mais significativas efetuadas com partes relacionadas durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

Transacções	2015				2014			
	Gastos operac.	Gastos financ.	Rend. operac.	Rend. financ.	Gastos operac.	Gastos financ.	Rend. operac.	Rend. financ.
Empresa-mãe da entidade	975.055	677.106	2.089	25.002	1.494.758	911.438	28.244	-
Subsidiárias da empresa-mãe da entidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	355.945	-	1.469	14.778	367.854	-	2.456	-
	1.331.000	677.106	3.558	39.780	1.862.612	911.438	30.700	-

23. CONTINGÊNCIAS

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor das garantias emitidas a favor de terceiros tinha a seguinte composição:

Beneficiário	Instituição	30/09/15	31/12/14
Autoridade Tributária e Aduaneira	BCP/CGD/NB	14.807.406	14.807.406
Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo	CGD/NB	4.299.279	4.299.279
Imopólis	BCP	204.036	204.036
Direcção de Serviços de Reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado	BCP	112.731	112.731
Câmara Municipal de Sintra	BCP	99.760	99.760
Tetra Pak	BCP	41.708	44.165
Tribunal do Trabalho de Coimbra	BCP	26.581	26.581
Ministério da Economia (Instituto Geológico)	BCP	14.964	14.964
Fundação Inatel	BCP	10.733	10.733
Autoridade para as Condições do Trabalho de Setúbal	BCP	10.261	10.261
Suomn Palautuspallaus Oy	NB	6.000	6.000
Metrocom	BCP	4.680	4.680
Tribunal do Trabalho de Lisboa	BCP	2.704	2.704
Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal	NB	-	225.000
2º Juízo Cível do Tribunal de Santarém	NB	-	211.940
Ministério da Administração Interna	BCP	-	25.418
Agência Portuguesa do Ambiente	BCP	-	11.000
		19.640.843	20.116.658

As garantias que totalizam 14.807.406 euros foram prestadas no contexto de Despacho resultante de inquérito judicial de natureza tributária de que a S+Cm foi notificada, remontando os factos em causa a 2006 e relacionando-se com benefícios fiscais concedidos no âmbito da fusão por incorporação da sociedade Compal na sociedade Inbepor.

A acusação dirigida à S+Cm, relativa a eventual burla tributária, decorre da circunstância desta ter incorporado em 2008 a sociedade resultante da fusão de 2006, tendo sido judicialmente impugnada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra e encontrando-se o processo a evoluir de acordo com os trâmites legais aplicáveis aos casos desta natureza.

No âmbito do contrato de financiamento celebrado com a CGD e o BES (atual Novo Banco) em 30 de dezembro de 2008, no montante global de 318,6 milhões de euros, foram prestadas as seguintes garantias reais:

i. ações representativas do capital social da S+Cm, pertencentes à SUMOL+COMPAL;

ii. marcas de propriedade da S+Cm;

iii. imóveis de propriedade da SUMOL+COMPAL e da S+Cm;

iv. equipamento industrial de propriedade da S+Cm (Almeirim, Gouveia, Pombal e Vila Flor).

Relativamente ao financiamento contratado com o Banco Único em Moçambique, prestaram-se as seguintes garantias reais:

i. imóvel de propriedade da S+Cmz (Boane);

ii. equipamentos de propriedade da S+Cmz (Boane).

24. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A principal informação financeira relativa aos segmentos operacionais existentes nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 e 31 de dezembro de 2014 é a que se apresenta nas páginas seguintes. As transações intersegmentais, ocorridas naqueles períodos, foram anuladas no processo de consolidação.

A SUMOL+COMPAL adotou uma organização assente em unidades de mercado baseada na divisão geográfica no sentido de dar resposta aos objetivos estratégicos definidos, em especial no desafio de internacionalização e de desenvolvimento das suas marcas em alguns mercados externos.

Encontram-se identificados os seguintes segmentos operacionais, através dos quais a gestão da SUMOL+COMPAL acompanha a evolução do negócio, estando os respetivos produtos e/ou serviços vendidos/prestados caracterizados junto a cada um deles:

Portugal e Espanha
Vende bebidas de alta rotação com e sem gás, vegetais e derivados de tomate para os mercados nacional e espanhol, prestando também serviços de enchimento para o mercado doméstico.

Europa
Vende bebidas de alta rotação com e sem gás, vegetais e derivados de tomate para o mercado europeu.

América e Ásia
Vende bebidas de alta rotação com e sem gás, vegetais e derivados de tomate para os mercados americano e asiático.

África
Vende bebidas de alta rotação com e sem gás, vegetais e derivados de tomate para os mercados africano.

Imobiliário e franchising
Vende unidades de marca de refrigerantes e arrenda instalações.

Serviços partilhados
Presta serviços partilhados de recursos humanos, de compras, de auditoria interna, de controlo de gestão, de tecnologias de informação e administrativos e financeiros.

	Portugal e Espanha	Europa	América e Ásia	África	Imobiliário e franchising	Serviços partilhados	Todos os outros	Eliminações	Total
									30/09/2015
Réditos e outros rendimentos:									
Vendas e prestações de serviços externos	189.839.257	9.825.712	3.076.386	61.465.941	-	-	508.655	-	264.715.951
Vendas e prestações de serviços intersegmentais	-	-	-	-	2.532.993	-	-	(2.532.993)	-
Outros rendimentos externos	-	-	-	-	802.695	-	9.937.407	-	10.740.102
Outros rendimentos intersegmentais	-	-	-	-	401.774	-	-	(401.774)	-
Totais	189.839.257	9.825.712	3.076.386	61.465.941	3.737.462	-	10.446.062	(2.934.767)	275.456.053
Resultados:									
Operacionais	27.909.908	1.785.353	275.069	70.719	(5.570.105)	-	(3.495.744)	5.567.982	26.543.182
Financeiros	(9.055.814)	(472.786)	(150.250)	(4.812.373)	(259.206)	-	(35.168)	218.929	(14.566.668)
Impostos sobre lucros	(6.374.168)	(414.069)	(88.706)	15.406	(197.288)	-	3.479.377	1.166.751	(2.412.697)
Líquidos	12.479.926	898.498	36.113	(4.726.248)	(6.026.599)	-	(51.535)	6.953.662	9.563.817
Ativos:									
Goodwill, intangível e tangível	313.612.200	16.231.959	5.082.152	73.203.020	20.355.677	-	2.102.168	44.792.694	475.379.870
Investimentos financeiros	14.618.311	756.615	236.893	13.676.907	51.884.593	-	77.231	(81.175.399)	75.151
Inventários	26.184.453	1.521.323	566.896	20.144.573	-	-	(378.226)	(2.158.147)	45.880.872
Outros	61.196.185	3.310.965	1.222.026	69.779.631	3.744.798	-	7.598.172	(51.498.144)	95.353.633
Totais	415.611.149	21.820.862	7.107.967	176.804.131	75.985.068	-	9.399.345	(90.038.996)	616.689.526
Passivos	321.501.568	16.784.970	5.334.205	126.301.548	16.292.723	-	1.248.540	(43.251.446)	444.212.108
Outras informações:									
Dispêndio de capital fixo	7.730.715	269.959	84.523	13.163.779	18.000	-	27.555	-	21.294.531
Depreciações	5.286.898	268.371	124.388	1.502.104	375.625	-	2.410.762	(58.796)	9.909.352
Perdas de imparidade	171.952	-	-	97.889	-	-	-	269.202	539.043
Reversões de perdas de imparidade	(76.089)	-	-	(11.404)	-	-	(56.016)	(309.319)	(452.828)

	Portugal e Espanha	Europa	América e Ásia	África	Imobiliário e franchising	Serviços partilhados	Todos os outros	Eliminações	Total
									30/09/2014
Réditos e outros rendimentos:									
Vendas e prestações de serviços externos	170.952.174	9.844.729	2.768.285	48.683.809	-	-	196.740	-	232.445.737
Vendas e prestações de serviços intersegmentais	-	-	-	-	12.772.966	6.109.794	-	(18.882.760)	-
Outros rendimentos externos	-	-	-	-	658	-	8.176.789	-	8.177.447
Outros rendimentos intersegmentais	-	-	-	-	606.047	-	-	(606.047)	-
Totais	170.952.174	9.844.729	2.768.285	48.683.809	13.379.671	6.109.794	8.373.529	(19.488.807)	240.623.184
Resultados:									
Operacionais	22.507.718	1.551.462	218.178	3.015.172	1.569.754	1.338.073	(4.672.364)	(2.907.828)	22.620.165
Financeiros	(8.559.686)	(497.322)	(141.090)	(2.010.522)	(1.902.078)	(304.974)	(48.209)	(381.801)	(13.845.682)
Impostos sobre lucros	(3.883.140)	(260.305)	(54.202)	(567.372)	(39.167)	(33.386)	2.472.779	241.479	(2.123.314)
Líquidos	10.064.892	793.835	22.886	437.278	(371.491)	999.713	(2.247.794)	(3.048.150)	6.651.169
									31/12/2014
Ativos:									
Goodwill, intangível e tangível	313.224.927	16.539.454	4.926.574	83.924.057	20.591.610	598.567	3.662.196	20.060.275	463.527.660
Investimentos financeiros	7.292.069	413.146	123.063	1.966.047	51.884.671	-	89.844	(61.699.120)	69.720
Inventários	18.851.395	1.229.256	405.346	11.876.101	-	-	260.193	(796.410)	31.825.881
Outros	43.328.638	2.818.776	989.724	34.559.726	43.842.034	23.214.259	2.589.693	(21.639.559)	129.703.291
Totais	382.697.029	21.000.632	6.444.707	132.325.931	116.318.315	23.812.826	6.601.926	(64.074.814)	625.126.552
Passivos	280.081.638	16.018.375	4.804.451	95.560.907	16.181.998	5.028.615	3.477.382	(20.094.976)	401.058.390
Outras informações:									
Dispêndio de capital fixo	5.272.213	171.626	51.122	1.754.628	192.640	356.555	37.322	344	7.836.450
									30/09/2014
Depreciações	4.945.896	273.816	109.678	1.324.317	437.642	505.769	2.273.480	(57.473)	9.813.125
Perdas de imparidade	292.197	-	-	137.889	-	-	-	649	430.735
Reversões de perdas de imparidade	(109.206)	-	(24.459)	(6.207)	-	-	(3.763)	-	(143.635)

25. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação, básicos e diluídos, foram calculados dividindo o resultado líquido consolidado com os interesses não controlados pelo número médio de ações em circulação durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre 1 de outubro de 2015 e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras consolidadas (Nota 27) não ocorreram eventos materialmente relevantes que, de acordo com o disposto na IAS 10 – "Acontecimentos após a data de balanço", implicassem ajustamentos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

27. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de novembro de 2015, sendo opinião deste órgão que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como os fluxos de caixa e a posição e o desempenho financeiro.

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Esta página foi propositadamente deixada em branco.

sumol+compal

SUMOL+COMPAL, S.A.
Nº Único de Matrícula a Pessoa Coletiva 500 277 486
Conservatória de Registo Comercial de Cascais
Capital Social: 60.499.364,00€

Sede: Estrada da Portela, 9 – Portela de Carnaxide
2790-124 Carnaxide – Portugal
Tel.: (+351) 214 243 500 Fax: (+351) 212 487 765
Correio Electrónico: investidor@sumolcompal.pt